

Para uma cooperação entre especialistas do domínio e terminólogos: o caso de dois dicionários náuticos portugueses

MARGARITA CORREIA

*Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa /
Instituto de Linguística Teórica e Computacional*

mcf@iltec.pt

1 Introdução

Com esta comunicação pretende-se sensibilizar o público especialista nos domínios da Náutica para a necessidade de colaborar com os linguistas/terminólogos, no sentido de produzir produtos terminológicos que melhor possam servir o seu público. Para o fazer, partiremos de alguns (poucos) exemplos concretos de termos de navegação que para o eventual utilizador não-especialista do domínio de um dicionário especializado comportam algumas dificuldades. Prestar-se-á especial atenção a termos com a categoria verbal, por serem aqueles onde são mais evidentes as dificuldades de contextualização para um não-especialista em Náutica.

Num primeiro momento, dar-se-á conta de algumas características dos vocabulários especializados e do trabalho terminológico, com implicações directas para as propostas que aqui se pretendem apresentar. Em seguida, discutir-se-á qual é o público-alvo de um dicionário especializado, para tentar estabelecer quais as suas necessidades específicas. Após caracterizar brevemente o vocabulário da Náutica em termos de origem e estrutura morfológica, passar-se-á à apresentação muito sumária de dois dicionários náuticos portugueses, para, com base na análise do funcionamento de alguns termos, fazer propostas concretas de melhoramento destas obras, no sentido de as tornar dicionários activos, que melhor servirão um público não-especialista nos domínios em análise.

Esta comunicação tem, portanto, por público-alvo mais os especialistas do domínio da Náutica do que propriamente os linguistas e os tradutores, para quem muitas das dificuldades

que enunciarei são experimentadas no seu dia-a-dia e para quem as propostas aqui apresentadas são basicamente conhecidas.

2 Breve caracterização dos vocabulários especializados e do trabalho terminológico

Durante décadas, nos trabalhos em terminologia predominaram os princípios da chamada Teoria Geral da Terminologia (TGT), fundamentada nas linhas teóricas enunciadas por Eugen Wüster, considerado o pai desta disciplina, no século XX. De acordo com os princípios desta teoria, cada terminologia (entendida como vocabulário próprio de uma determinada área de especialidade) constituiria um sistema fechado de conceitos, a cada um dos quais equivalendo um termo, cujo único papel seria a denominação de um determinado conceito. Os sistemas conceptuais especializados constituiriam sistemas universais, sendo, por isso, imprescindível, no domínio do trabalho terminológico, a procura/produção de equivalentes nas diferentes línguas e, concomitantemente, a normalização, no sentido de estabelecimento de pares conceito-termo biunivocamente relacionados e aceites pelos utilizadores.

O trabalho terminológico é encarado, então, no quadro da TGT, como consistindo fundamentalmente na definição cuidadosa dos conceitos de cada domínio de especialidade, por meio de um percurso onomasiológico (partindo sempre do conceito para a sua denominação), em termos de conseguir uma perfeita delimitação de cada conceito em relação a todos aqueles que com ele se encontram relacionados.

Esta visão teve duas consequências: do lado dos especialistas de domínio, considera-se que o trabalho terminológico possa ser levado a cabo exclusivamente pelo especialista, constituindo-se como uma tarefa essencialmente prescritiva, normalizadora; do lado dos linguistas, este posicionamento levou a um distanciamento dos estudos da Linguística em relação às terminologias, entendidas apenas como sistemas “artificiais” de denominação de conceitos e, portanto, pouco interessantes para análise.

Esta não é a perspectiva defendida pelo grupo de trabalho do ILTEC, na linha do que são as mais recentes contribuições teórico-metodológicas em terminologia – cf. bibliografia. Efectivamente, para nós, os termos são, acima de tudo **unidades lexicais *de facto***, que têm a particularidade de ocorrer em discursos especializados, assumindo neles significações específicas e podendo, em consequência, denominar conceitos científicos e/ou técnicos.

Como todas as unidades lexicais, os termos não ocorrem isoladamente, mas combinados com outras unidades do discurso, entrando em estruturas sintácticas específicas, combinatórias, expressões idiomáticas, ocorrendo em frases onde desempenham determinadas funções. Por outro lado, as unidades lexicais especializadas não ocorrem em discursos artificiais, sempre do mesmo tipo: tal como qualquer língua está sujeita a variação (no tempo, no espaço, na sociedade), também os termos científicos e técnicos estão sujeitos a essa variação. Note-se, por exemplo, no caso do vocabulário náutico, as diferenças terminológicas que existem entre a marinha de guerra, a de comércio, a de pescas e a de recreio.

Encarados desta forma, os termos passam a ser um tema de estudo interessante para a linguística, que sobre eles desenvolve uma análise fundamentalmente descritiva. Antes de mais, os termos passam a ser observados em contexto discursivo, e não isoladamente, e analisados tendo em conta as circunstâncias da produção discursiva (níveis de especialização, público-alvo, objectivos da comunicação, etc.). Para isso, são constituídos amplos *corpora* de textos de especialidade¹, digitalizados, sobre os quais é possível aplicar *software* específico que facilita em muito o trabalho de detecção da informação procurada e/ou relevante.

O *TerminiNáutica*, construído no ILTEC (e cujo projecto foi subsidiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do programa Lusitânia), é um corpus de linguagem da

¹ Entende-se por *corpus* um conjunto organizado de textos, orais e/ou escritos, que constituem objecto de estudo linguístico.

Náutica, incluindo textos do século XX, em português, predominantemente escritos, que abrangem os subdomínios da Navegação, da Construção Naval, do Direito Marítimo, da Meteorologia, da Poluição e Políticas Ambientais, da Política de Pescas e Águas Territoriais. Uma das características do *TerminNáutica* é ser um *corpus* aberto, isto é, ele pode ser acrescentado em qualquer momento com textos cuja inserção venha a revelar-se interessante.

A partir da análise deste *corpus*, a equipa do ILTEC pretende contribuir para um melhor conhecimento do modo como é constituído e se comporta o vocabulário da Náutica. É nossa convicção que os linguistas podem contribuir decisivamente para tornar os dicionários especializados, repositórios organizados de termos, utensílios de trabalho muito mais eficazes para os seus utilizadores. O principal objectivo desta comunicação é provar esta ideia.

Além disso, entendemos que, produzindo descrições de linguagens de especialidade, estamos a contribuir, em última análise, para um conhecimento mais profundo da Língua Portuguesa, bem como para o desenvolvimento da Linguística.

3 Que público utiliza um dicionário especializado

Uma das questões que cabe colocar é a de quem é o público que utiliza um dicionário especializado.

Se, por um lado, parece óbvio que um dicionário especializado é utilizado, sobretudo, por especialistas do domínio, por outro lado, é também certo que um especialista domina, em princípio, razoavelmente bem a terminologia da sua especialidade, pelo que o recurso ao dicionário será para ele pontual e apenas para esclarecer dúvidas relativas a conceitos muito específicos.

Mas se este fosse exclusivamente o público que consulta dicionários, certamente a terminologia não conheceria a pujança que hoje em dia vive. Com efeito, num mundo globalizado a transmissão de conhecimentos nas diversas línguas e a diversos níveis de especialização torna-se imprescindível. Esta situação leva a que hoje sejam basicamente dois os tipos de utilizadores de dicionários especializados: em primeiro lugar, os tradutores e intérpretes e, em segundo lugar, outros profissionais (editores, chefes de redacção, jornalistas, divulgadores científicos), cujo trabalho consiste na difusão/divulgação de conhecimentos científicos e técnicos, tornando-os acessíveis a um público não-especialista, mas que se interessa pelas temáticas em foco. Este público-alvo dos dicionários precisa, portanto, de informação linguística relativa aos termos, que vai para além da mera definição do conceito.

Deste modo, consideramos, antes de mais, que qualquer dicionário especializado deve conter, para além da definição do conceito, equivalente(s) em outra(s) língua, que facilite(m) o trabalho do tradutor, deve conter informação relativa à variação terminológica (no tempo, no espaço, no contexto social), de modo a facilitar a utilização correcta dos termos certos nos contextos certos e deve, finalmente, conter informação relativa aos contextos nos quais o termo é utilizado, de modo a possibilitar a produção de discurso especializado de qualidade. Por outras palavras, aquilo que se propõe nesta comunicação é a produção de dicionários especializados de cariz mais descritivo do que normativo (embora não se exclua a necessidade de normalização terminológica), que funcionem como dicionários activos² – conceito usado em lexicografia geral para denominar os dicionários que permitem ao falante de língua estrangeira produzir enunciados correctos na língua de aprendizagem.

² Dicionários para a codificação, por oposição aos dicionários passivos ou dicionários para a descodificação, que são aqueles que apenas nos permitem a compreensão ou descodificação de unidades cujo significado não conhecemos. Cf. Correia & Guerreiro 1995.

4 Algumas características da linguagem portuguesa da náutica

Ao contrário do vocabulário de muitas especialidades de desenvolvimento mais recente e que, para o nosso país, relevam fundamentalmente de processos de importação terminológica, resultante, por seu turno, da importação de ciência e de tecnologia (refiram-se, a título de exemplo, o vocabulário da economia, da informática ou do multimédia), a linguagem náutica portuguesa caracteriza-se fundamentalmente por três aspectos:

1. Dado o papel pioneiro que Portugal desempenhou, sobretudo a partir do século XV, no desenvolvimento da navegação, a linguagem náutica é fundamentalmente vernácula, não relevando, portanto, de importação de terminologia;³

2. O vocabulário da linguagem náutica é constituído por muitas palavras que fazem parte do mais fundamental vocabulário da língua portuguesa, e que, quando usado nesta especialidade, sofre frequentemente processos de metaforização e metonimização, assumindo desse modo os significados especializados que lhes conhecemos.⁴

3. O vocabulário náutico é constituído por uma grande percentagem de palavras de estrutura morfológica simples. Ora, se considerarmos que as palavras construídas regulares são transparentes, isto é, pode inferir-se (total ou parcialmente) o seu significado pela análise da sua estrutura, rapidamente percebemos que este vocabulário exige um maior esforço de memorização por ser um vocabulário maioritariamente opaco.

Estes três aspectos fazem com que a utilização do vocabulário especializado da náutica por um público não-especializado se torne particularmente difícil. Da perspectiva do utilizador leigo, o discurso náutico é constituído por muitas palavras que ele conhece bem da língua corrente, que, além disso, têm a particularidade de serem extraordinariamente polissémicas, mas que na linguagem náutica assumem significados completamente inesperados – refiram-se substantivos como *arte*, *brando*, *chaleira*, *derrota*, *paixão* ou *troça*. Além disso, se atentarmos nos termos verbais, o seu uso no contexto da Náutica é extremamente marcado, no sentido de que, por exemplo, verbos tão simples e correntes como *arrumar*, *gingar*, *pairar* ou *prolongar*, na linguagem náutica apenas podem ser utilizados em estruturas sintácticas muito específicas e que não são, de modo nenhum, acessíveis ao não-especialista, como tentarei mostrar adiante. Finalmente, a opacidade anteriormente referida torna também o discurso náutico de difícil descodificação para o leigo.

Percebem-se, assim, as razões por que a tradução neste domínio é uma tarefa particularmente árdua e por que os especialistas encontram com facilidade erros crassos de tradução.

Por fim, como é sabido, sobretudo ao longo do século XX, o vocabulário português da Náutica, tal como os vocabulários de muitos outros domínios do saber, sofreu grande variação diacrónica, devida, sobretudo, à alteração do panorama internacional, à escala global, e à incorporação na navegação de tecnologia produzida em contextos linguísticos estrangeiros (técnicas de localização, comunicações, etc.). Se, por um lado, este facto exigiria uma intervenção linguística no sentido de normalizar a terminologia náutica contemporânea, procedendo a uma integração harmoniosa dos termos importados, por outro lado, leva a que o utilizador não-especialista, mas que quer fazer um uso adequado da linguagem de especialidade, tenha que ter bem presente a época em que foi redigido/proferido o texto sobre o qual está a trabalhar, de modo a fazer uma utilização acertada do vocabulário especializado.

³ Não se pretende, com esta afirmação, ignorar que uma quantidade apreciável dos mais antigos termos da navegação portuguesas resultam de empréstimos de línguas como o árabe e o catalão.

⁴ Este facto fica patente, por exemplo, na comunicação de Susana Correia, neste volume.

5 Os dicionários em análise

O vocabulário marítimo português encontra-se parcialmente descrito em dois dicionários monolíngues publicados com o apoio dos Serviços Culturais de Marinha, ou por este mesmo organismo, em cuja descrição não me alongarei por ela carecer de um trabalho de análise mais aprofundado, que não foi possível levar a cabo neste momento. A escolha destes dicionários para referência neste trabalho prende-se com o facto de serem dicionários disponíveis, com edições recentes, que podem facilmente ser adquiridos, ao contrário de alguns dos dicionários expostos durante a Conferência e que fazem parte do acervo da Biblioteca Central de Marinha.⁵

O *Dicionário Ilustrado de Marinha* (2.ª edição revista e actualizada pelo Comandante J. Martins e Silva, de 2001), de António Marques Esparteiro, constituído por 594 páginas, tem uma vocação enciclopédica, como se pode inferir das palavras de J. Martins e Silva, na «Nota Explicativa».⁶ Este dicionário apresenta muitas ilustrações.

O *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual* (3.ª edição, de 1990), dos Comandantes Humberto Leitão e J. Vicente Lopes, constituído por 585 páginas, é um dicionário que revela extraordinária erudição, apresentando numerosas informações sobre a história dos termos, vocação histórica que é expressamente assumida pelo Comandante Humberto Leitão logo na «Introdução à primeira edição» (pp. ix a xiii). Leitão & Lopes 1990 tem a particularidade de dar conta de variação terminológica, de cariz sócio-profissional (ex.: *escadeiro*, dito ser pertencente à *gíria de proa*, ou *impulheta* por *ampulheta* e *inçar* por *içar*) e de cariz diacrónico (ex.: *gaivina*, forma antiga de *garazina*).

Ambos os dicionários contêm numerosas entradas (cujo número não consta das obras e não foi possível determinar neste momento), das quais fazem parte não apenas substantivos (em número maioritário, como seria de esperar), mas também muitos verbos de estrutura simples, com significados específicos no âmbito do discurso especializado e cujo uso levanta problemas ao utilizador comum. Os adjectivos especializados na linguagem náutica, cuja análise, por si só, mereceria um estudo mais amplo, não têm entradas próprias em nenhum dos dicionários, aparecendo apenas tratados quando fazem parte de um composto ou de uma combinatória. Estas unidades vêm apresentadas ou como subentradas do substantivo nuclear do sintagma, no caso de Leitão & Lopes 1990⁷, ou como entradas próprias, no caso de Esparteiro 2001.⁸

Em termos de microestrutura, ambos os dicionários apresentam basicamente a entrada seguida da definição. Leitão & Lopes 1990 apresenta abonações em alguns artigos, particularmente referentes a verbos, que muito auxiliam o leigo que utiliza o dicionário, mas que frequentemente são retiradas de textos antigos, o que leva a duvidar da manutenção ou não desses usos na actualidade.

Ambos os dicionários dão conta da polissemia de alguns termos, apresentando os seus vários significados seriados no interior do mesmo artigo – ver-se-ão exemplos deste facto adiante.

⁵ Não seria descabida a edição de um catálogo de dicionários náuticos, desde os exemplares mais antigos até às obras mais recentes.

⁶ «Julgamos, a este propósito, que talvez seja oportuno lançar a iniciativa de se publicar a primeira enciclopédia das marinhas (...). Com excepção do presente dicionário, que é de âmbito restrito, nada existe em Portugal neste domínio, (...)»

⁷ Por exemplo, dentro do artigo referente a *céu*, surgem as combinatórias *céu branco*, *céu claro*, *céu estratiforme ou de estratos*, *céu forrado*, *céu grosso*, *céu leve*, *céu pedrento* e *céu sujo*.

⁸ Esparteiro 2001 integra entradas próprias para as combinatórias *céu amorfo*, *céu branco*, *céu claro*, *céu coberto*, *céu de água*, *céu de convecção*, *céu de emissários*, *céu dobrado*, *céu esgaseado*, *céu estratiforme*, *céu forrado*, *céu grosso*, *céu lateral*, *céu leve*, *céu nublado*, *céu pedrento*, *céu picado*, *céu pomelado*, *céu preto*, *céus dobrados*, *céu sereno* e *céu solto*.

Apesar das suas limitações, ambos os dicionários constituem valiosíssimos contributos para o conhecimento da linguagem de marinha, são inestimáveis repositórios de informação linguística e mereceriam um estudo aprofundado partindo da perspectiva desta disciplina.

Sem querer discutir a qualidade destes dicionários em termos quer da selecção das suas nomenclaturas, quer da qualidade da informação especializada fornecida através das definições (porque apenas especialistas de marinha podem avaliar estes aspectos) e sem querer sequer pôr em causa a eventual desactualização que apresentam, é notório para um profissional da língua que estas obras apresentam algumas lacunas que tornam o seu uso problemático para quem não seja um especialista do domínio. A seguir tentaremos demonstrar que tipo de contribuição podem os linguistas dar para tornar obras deste tipo mais eficazes.

6 Algumas limitações linguísticas destes dicionários

Antes de mais, lamenta-se que nenhum destes dicionários apresente equivalentes em outras línguas, particularmente aquelas que tradicionalmente se encontram mais presentes no nosso espaço cultural, a saber, o inglês e o francês. Além disso, é pena que estes dicionários não apresentem a categoria morfosintáctica dos termos (substantivo ou verbo), bem como o género de alguns substantivos, aspecto que pode ser problemático, sobretudo, para falantes não-nativos de português. Mas embora importante, esta informação não é suficiente para a correcta utilização dos termos em produção discursiva.

Para além das informações acima referidas, respeitantes a substantivos, os verbos terminológicos levantam, ainda, outros problemas particulares de descrição, nomeadamente, porque os verbos são das classes de palavras que mais restrições impõem aos seus co-ocorrentes. Na língua corrente, esse facto é muito evidente se compararmos enunciados como:

- (1) *O João **comeu** o bolo.*
- (2) *O António herdou uma grande fortuna, mas a mulher **comeu-lha** toda.*
- (3) *O sol **comeu** a cor dos cortinados.*

onde o verbo *comer* assume significados completamente distintos consoante o número e a natureza dos elementos (sujeito e complementos) que com ele co-ocorrem.

Fenómeno semelhante ocorre quando um verbo da língua corrente surge em discurso especializado, sendo que os dicionários especializados não apresentam, normalmente, informação que permita ao seu consulente não-especialista construir frases correctas com esses verbos.

Atente-se no artigo apresentado para o verbo *correr* por Esparteiro 2001:

«**Correr** – I. Navegar, velejar. 2. Fugir ao tempo, correr com o tempo. 3. Rondar (o vento). 4. Mover-se (nuvem) na direcção do vento. 5. Sair a amarra ou cabo com movimento mais ou menos rápido. 6. Prolongar-se (costa), dirigir-se.»⁹

Presume-se que, na acepção I., *navio* ou *comandante* possam funcionar como sujeitos de *correr*, mas, já na acepção 2., não fica nada claro que tipo de substantivos possam ocorrer na posição de sujeito. Por seu turno, nas acepções 3., 4. e 6., os sujeitos parecem poder ser, respectivamente, *vento*, *nuvem* e *costa*, substantivos que aparecem entre parêntesis; mas, na acepção 5., os prováveis sujeitos de *correr*, *amarra* ou *cabo*, não aparecem representados do mesmo modo, isto é, entre parêntesis. Além disso, nada no artigo nos indica se o verbo *correr* nas diferentes acepções é intransitivo ou transitivo e, neste último caso, que tipo de complementos pode seleccionar.

⁹ Este artigo e o respeitante a *correr* de Leitão & Lopes 1990 adiante apresentado constituem exemplos do modo como a polissemia é apresentada nestes dicionários.

Mais do que realçar a falta de sistematicidade presente neste artigo, até porque essa falta de sistematicidade não é apanágio apenas dos dicionários especializados, mas é um anátema que persegue também os dicionários gerais de língua, o que se pretende demonstrar com a análise deste exemplo é que neste artigo falta informação de índole gramatical que permita, por exemplo, a um tradutor não-especialista em Náutica, construir uma frase perfeita neste registo especializado do Português.

Pode argumentar-se que a proposta de inserir informação gramatical pormenorizada conduz a que os dicionários especializados se tornem de consulta tão complexa que afastem os seus potenciais consulentes, até porque um especialista em Náutica ou um divulgador científico, por exemplo, não são obrigados a dominar a terminologia gramatical. Mas a simples inserção de um exemplo de uso num dicionário pode simplificar em muito a vida ao consulente. Se tomarmos, ainda, como exemplo, o verbo *correr*, veja-se como a acepção 3. de Esparteiro se torna muito mais transparente em Leitão & Lopes 1990, graças à abonação que aí aparece:

«**Correr** – Navegar com mar à popa ou na alheta por não poder aguentar-se de outra maneira. // Rondar, tratando-se do vento – «*o vento correu do Sul até ao nordeste*». [S. P. – I – 140]. // Navegar.»¹⁰

Poderíamos prosseguir esta demonstração, chamando a atenção para casos concretos de outro tipo de informação necessária ao uso dos verbos, tal como número e natureza de complementos, regências preposicionais, etc., mas o tempo não nos permite ir por esse caminho. De qualquer forma, a ideia que pretendemos aqui defender é a de que uma boa descrição terminológica carece de observação linguística por duas razões fundamentais:

1. Porque são os linguistas aqueles que, por formação, se encontram mais vocacionados e habilitados para entender necessidades linguísticas dos utilizadores de terminologias e para descrever com rigor as estruturas que podem ser problemáticas;

2. Porque uma das áreas de desenvolvimento recente da Linguística tem sido a chamada “linguística de *corpora*”, que centra a sua atenção na constituição e análise de dados efectivos de uso da língua, que permitem uma descrição muito mais fina dos seus múltiplos aspectos.

No caso apresentado, do corpus *TerminNautica* seria possível extrair dele informação pertinente sobre o uso das unidades terminológicas e, também, contextos autênticos que permitem ilustrar esses usos, em dicionários especializados de diferentes subdomínios da Náutica.

7 Conclusão

Vivemos num mundo globalizado, onde a comunicação científica e técnica se faz cada vez mais em língua inglesa. Se, por um lado, este monolingüismo especializado pode ter a vantagem de contribuir para uma mais efectiva comunicação entre falantes de origens diferentes, facto não despreciando numa especialidade como a Marinha, por outro lado, cabe perguntar qual o futuro das restantes línguas perante esta situação e, com isto, perguntar qual o destino da diversidade e da multiculturalidade, que caracterizam o mundo em que queremos viver.

É possível preservar e desenvolver as línguas de modo a garantir a sua sobrevivência e o seu estatuto de línguas de comunicação científica e técnica. No caso do português, dada a herança histórica que nos foi legada e que temos obrigação de gerir, consideramos imprescindível envidar todos os esforços para que a nossa língua possa continuar a ser “língua do mar”.

Esse estatuto, porém, não é dado, mas, neste momento, tem que ser arduamente (re)conquistado. Para isso, temos que dotar a língua das ferramentas necessárias à comunicação,

¹⁰ Sublinhado nosso.

o que passa pela produção de terminologias actualizadas e eficientes para quem delas carece. Também é fundamental divulgar aquilo que já existe: esta conferência insere-se nesse objectivo, bem como a actividade da Associação de Informação Terminológica (AiT), também aqui representada.

Sem desmerecer do muito trabalho já existente, nomeadamente, do trabalho desenvolvido pelo Comandante Joaquim Ferreira da Silva, que muito prestigiou esta Conferência ao aceitar fazer parte da sua Comissão de Honra, consideramos que a terminologia marítima portuguesa merece um estudo mais exaustivo e uma descrição mais pormenorizada. E nós queremos participar nessas tarefas.

8 Bibliografia

- CABRÉ, M. Teresa (1993). *La terminología - Teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Editorial Antártida / Empúries.
- CABRÉ, M. Teresa (1999). *La terminología – representación y comunicación*. Barcelona: IULA / Universitat Pompeu Fabra.
- CORREIA, M. & P. Guerreiro (1995). «Bases de dados lexicais». In: Mateus, M. H. & A. H. Branco (orgs.). *Engenharia da Linguagem*. Lisboa: Colibri, pp. 43-69.
- ESPARTEIRO, António Marques (2001). *Dicionário Ilustrado de Marinha*. 2.^a edição [revista e actualizada pelo Com.^{te} J. Martins e Silva]. Lisboa: Clássica Editora.
- LEITÃO, Humberto & J. Vicente Lopes (1990). *Dicionário da linguagem de marinha antiga e actual*. 3.^a edição. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- TEMMERMAN, Rita (2000). *Towards New Days of Terminology Description – The sociocognitive approach*. John Benjamins Publishing Company: Amsterdam / Philadelphia.